

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Limeira

FORO DE LIMEIRA

5ª VARA CÍVEL

Avenida Antonio Cruães Filho, S/N, ., Jardim Santa Cecília - CEP

13480-672, Fone: (19) 3443-9091, Limeira-SP - E-mail:

limeira5cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1007653-51.2020.8.26.0320**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
 Requerente: **Comercial Delta Ponto Certo Ltda e outros**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << **Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**
 Informação indisponível >>:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). FLAVIO DASSI VIANNA

Vistos.

O Dr. Promotor de Justiça, em sua ponderada e técnica manifestação de fls. 2.814/2.817, pronunciou-se pela intimação das autoras para cumprirem as exigências da administradora judicial, a fim de viabilizar a melhor análise do pedido de recuperação judicial.

O trabalho técnico preliminar apresentado a fls. 2.517/2.769 constatou o cumprimento integral dos requisitos previstos no artigo 48 da Lei nº 11.101/2005 e o cumprimento quase que integral dos requisitos do artigo 51 da mesma Lei.

Assim, entendendo ser possível e até mesmo recomendável o deferimento imediato do pedido de processamento da recuperação judicial, haja vista que restou ser cumprido apenas um requisito do artigo 51 e os dados apurados até o momento apontam para a viabilidade da consolidação substancial do litisconsórcio ativo, uma vez que a administradora judicial já constatou a presença do requisito da administração comum entre as empresas e há indícios da existência de confusão patrimonial, unicidade laboral, gerencial e patrimonial (fls. 2.551/2.558), evitando-se, assim, o prolongamento desta situação de indefinição na análise do pedido, que afeta o andamento das atividades normais das autoras, as quais já não vêm honrando vários compromissos assumidos e suas unidades estão com estoques muito baixos de mercadorias, conforme apurou a administradora judicial.

Essa demora poderá até mesmo inviabilizar a execução do plano de recuperação judicial, sendo certo que os documentos faltantes poderão ser apresentados em seguida pela autora sem impedir a marcha processual e os interesses de todos os vários interessados neste pedido de recuperação judicial, conforme será deliberado em seguida.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Limeira

FORO DE LIMEIRA

5º VARA CÍVEL

Avenida Antonio Cruães Filho, S/N, ., Jardim Santa Cecília - CEP

13480-672, Fone: (19) 3443-9091, Limeira-SP - E-mail:

limeira5cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Feitas essas ressalvas, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial das empresas **COMERCIAL DELTA PONTO CERTO LTDA., DELTA ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA., E. A. PEZZI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A. e J. M. P. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.**, determinando o seguinte:

1- Providencie a serventia o imediato levantamento do segredo de justiça, conforme já determinado no item “1” da decisão de fls. 2.200;

2- Nomeio administradora judicial a ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA ME, CNPJ 2.159.674/001-76, representada por Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante, OAB/SP 303.042, Avenida Prestes Maia, 241, sala 1523, Centro, São Paulo-SP, CEP: 01031-01, a qual deverá cumprir os devedores legais correspondentes, especialmente aqueles estabelecidos no artigo 22 da Lei nº 11.101/2005, ficando orientada ainda a adotar a padronização dos relatórios, que deverão ser juntados em incidente específico, em apenso a estes autos, para facilitar a consulta, nos termos do Parecer CG nº 296/2020 e Comunicado CG nº 786/2020, bem como os formulários aprovados no Parecer da CG nº 317/2020 e Comunicado CG nº 876/2020, para facilitar aos credores o fornecimento de informação mínima, clara e objetiva sobre o procedimento de verificação de crédito, da apresentação do plano de recuperação e da realização da Assembleia Geral de Credores;

3- Providenciem as autoras, no prazo de 15 (quinze) dias, a Demonstração do Relatório de Fluxo de Caixa realizado relativo à empresa Delta Administradora, nos termos do artigo 51, inciso II e alínea “d” da Lei nº 11.101/2005, conforme apontado pela administradora judicial (fls. 2.703, item “151.d”);

No mesmo prazo deverão as autoras providenciar a juntada dos documentos mencionados pela administradora judicial (fls. 2.704, item “151.h” e fls. 2.558, item “58”), visando à análise dos requisitos para consolidação substancial do litisconsórcio ativo;

4- As devedoras deverão apresentar o plano de recuperação em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação desta decisão, sob pena de convalidação em falência (artigo 53 da Lei nº 11.101/2005);

5- Dispensar as autoras da apresentação das certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei nº 11.101/2005;

6- Deverão as autoras acrescentar após o seu nome empresarial a expressão “em recuperação judicial”, oficiando-se também à JUCESP para realizar essa anotação, nos termos do parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 11.101/2005;

7- Suspendo todas as ações e execuções distribuídas contra as empresas autoras, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados desta data, nos termos do artigo 52, inciso III, da Lei nº 11.101/05, com a permanência dos seus autos nos respectivos juízos, com exceção daquelas ressalvadas pela parte final do inciso III, com a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Limeira

FORO DE LIMEIRA

5º VARA CÍVEL

Avenida Antonio Cruães Filho, S/N, ., Jardim Santa Cecília - CEP

13480-672, Fone: (19) 3443-9091, Limeira-SP - E-mail:

limeira5cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

observação de que as próprias autoras comunicarão os juízos sobre esta decisão, inclusive o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara-SP, conforme informado na petição de fls. 2.796/2.799, servindo a presente decisão como ofício;

8- Determino à requerente a apresentação de suas contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seu administrador (artigo 52, inciso IV, da Lei nº 11.101/05);

9- Expeça-se edital, nos termos do artigo 52, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, providenciando as autoras a sua retirada e publicação;

10- Comuniquem-se por carta as Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que as autoras tiverem estabelecimentos (artigo 52, inciso V, da Lei nº 11.101/05);

11- Ciência ao Ministério Público.

12- Fls. 2.283, 2.308, 2.336, 2.349, 2.362, 2.364, 2.367 e 2.770/2771. Defiro. Anote-se.

Intime-se.

Limeira, 10 de setembro de 2020.

FLÁVIO DASSI VIANNA
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**